



**POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: OPROGRAMABOLSA FAMILIA E SEU
IMPACTO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JAGUARARI-BA**

**PUBLIC SOCIAL POLICIES: OPROGRAMABOLSA FAMILIA AND ITS SOCIAL
IMPACT IN THE MUNICIPALITY OF JAGUARARI-BA**

Antonio Cavalcante da Trindade

Mestre em Inovação e Desenvolvimento pela UNIFG
Professor Assistente da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina -
FACAPE

Endereço: Campus Universitário, s/n Vila Eduardo Petrolina PE Brasil
antonio.trindade@facapeco.br

Ricardo Augusto Rodrigues de Souza

Graduado em Administração pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de
Petrolina - FACAPE

Endereço: Campus Universitário, s/n Vila Eduardo Petrolina PE Brasil
ricardoars96@gmail.com

RESUMO

O compromisso da administração pública e de seus agentes deriva das necessidades dos indivíduos e de suas famílias. A Assistência Social, como parte das políticas públicas, é regulada para dar apoio a quem dela precisa, o que incentiva a criação de programas sociais voltados para grupos em situações de vulnerabilidade e exclusão social. O Programa Bolsa Família nasce como um instrumento para garantir direitos básicos por meio de transferência direta de renda, trabalho intersectorial nas áreas de saúde e educação. Assim, foi realizado um estudo com o objetivo de analisar os impactos sociais do PBF no município de Jaguarari, por meio de pesquisa descritiva, objetivando levantar e comparar dados que servirão de base para as discussões propostas neste artigo. Os resultados mostram as contribuições positivas do programa para as famílias beneficiadas, bem como sua relevância para o desenvolvimento social do município.

Palavras-chave: Bolsa Família, políticas sociais, vulnerabilidade, desenvolvimento social.

ABSTRACT

The commitment of the public administration and its agents stems from the needs of individuals and their families. Social Assistance, as part of public policies, is regulated

Recebido em 11.09.2020. Publicado em 15.12.2020



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

to support those who need it, which encourages the creation of social programs aimed at groups in situations of vulnerability and social exclusion. The Bolsa Família Program is born as an instrument to guarantee basic rights through direct income transfer, intersectoral work in health and education. Thus, a study was conducted to analyze the social impacts of the BFP in the city of Jaguarari, through descriptive research, aiming to raise and compare data that will serve as the basis for the discussions proposed in this article. The results show the positive contributions of the program to the benefited families, as well as its relevance to the social development of the municipality.

Keywords: Bolsa Família, social politics, vulnerability, social development.

1. INTRODUÇÃO

Ao se tratar de gestão pública as percepções de senso comum geralmente trazem à tona questões de ineficácia, irresponsabilidade e negligência com a coisa pública. Torna-se natural a visão pré-concebida a respeito das funções públicas e mal vistos os cargos eletivos de representação popular. As construções empíricas a respeito da gestão pública têm seu cerne no contexto histórico e nas experiências humanas; a má conduta, os vícios e as falhas do sistema político contribuem para a construção desta imagem nociva do gerir recursos públicos.

As noções de políticas sociais nascem a partir da relação entre Estado e sociedade. O processo de globalização da economia contribui diretamente para que mudanças nesta relação ocorram com maior intensidade refletindo na gestão destas políticas. Este é um processo inevitável devido aos avanços tecnológicos que encurtam as distâncias e democratizam as informações fazendo girar a economia, assim como acentuar as desigualdades.

A sociedade resulta da necessidade natural do indivíduo, não excluindo o processo de conscientização e realização de vontades individuais e coletivas. O objetivo mais forte da sociedade deve ser atender e suprir as necessidades humanas tanto na sua singularidade como na coletividade. A sociabilidade só se concretiza no espaço da sociedade e são os processos coletivos de organização e participação que a define Machado (2012). Para Faleiros (2009), a noção de necessidade contempla todos os discursos sobre bem-estar. Esta noção ocupa lugar de destaque na literatura econômica e sociológica. Se observa dentro do Seguro Social uma linha na qual a

pirâmide do bem-estar social depende de um sistema de necessidades muito própria aos indivíduos, regiões e seus grupos. A estrutura desta pirâmide seria condicionada a vários níveis, tais como: o homem na comunidade, a comunidade, o homem na esfera social, a pessoa. A estes níveis por sua vez, um outro nível de intervenção e um serviço público de saúde, assim como na educação funciona a partir do mesmo esquema e muitos outros campos.

Já Cohen & Franco (2016), constatam que os governos da América Latina têm um forte interesse em destinar esforços para implementação ou gestão de programas sociais. Os fatores preponderantes são: a degeneração das condições em que vivem a população, risco de aumento excessivo da violência social gerando instabilidade política. Deste modo compreende-se que o apoio a ações que fortaleçam tais políticas e que estas alcancem efetivamente os grupos mais afetados.

Dentre os tipos de políticas públicas, as políticas distributivas - que visam a distribuição da renda por meio de programas, projetos e serviços; e políticas compensatórias, por meio de distribuição de bens, destinadas à classe vulnerável economicamente, Queiroz (2011) define de maneira mais efetiva os objetivos e trabalho dos agentes das políticas sociais.

A assistência social é a vertente das políticas públicas responsável pela formação e gestão dos mecanismos gerenciais necessários para aproximar e atender àqueles indivíduos vulneráveis, através de programas que integrem os direitos sociais e compensem minimamente a disparidade econômico-financeira das famílias que vivem à margem da sociedade independente dos motivos que as segregaram.

A ideia que se construiu ao passar do tempo do assistencialismo político no qual as ferramentas de assistência social eram utilizadas como barganha para se conseguir a confiança dos menos favorecidos, trouxe certo descrédito a tais políticas, enfraquecendo, de certa forma o processo de gestão, estando este manchado pela ideia de troca de favores políticos.

Existe poucas maneiras de trazer soluções para as demandas de necessidades sociais: uma delas é destinar mais recursos para o social ao mesmo tempo em que se mede a eficiência na gestão de tais recursos, atestando também se

há eficácia para o alcance dos objetivos além de preocupar-se com o princípio da equidade (Cohen & Franco, 2016).

Neste sentido, o Programa Bolsa Família nasce como um instrumento de resposta do Estado para as questões de má distribuição de renda, marginalização de classes e exposição de famílias a situação de vulnerabilidade e risco social. Tornou-se o maior e mais conhecido programa de transferência direta de renda do governo federal do Brasil, sendo um dos maiores alvos destas especulações a respeito da sua legitimidade como programa social e sua eficácia.

Partindo destes pressupostos, os impactos sociais do Bolsa Família precisam ser estudados e caracterizados em diversos aspectos: o viés social, sua eficácia, o que representa para o Brasil, sua contribuição econômica, etc. Deste modo, faz-se necessário buscar informações precisas que tragam embasamento teórico suficiente para se construir respostas claras à sociedade a respeito dos impactos sociais do PBF.

O presente estudo tem a pretensão de responder à questão norteadora: quais são os impactos sociais nas famílias dos beneficiados pelo Bolsa Família no município de Jaguarari, no estado da Bahia? Objetiva de forma geral analisar tais impactos na vida dos beneficiados e as mudanças no contexto econômico e social do município; de forma específica busca entender as mudanças na vida dos beneficiados assim como suas concepções a respeito do programa - como contribuiu para o desenvolvimento social das famílias - e quais lacunas foram abertas pela ferramenta de transferência direta de renda implementada pelo programa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A MARGINALIZAÇÃO DE CLASSES NO BRASIL

Ao tratar sobre questões de pobreza e marginalização na cidade de Salvador, a definição de pobreza ou de indivíduo pobre está diretamente ligada à ideia de excluído e fracassado socialmente por estar à margem da sociedade não podendo acessar a cidade com suas oportunidades, serviços, capacitação. A exclusão social também é característica da pobreza e o consequente desequilíbrio social. Vê-se a Revista Opara – Ciências Contemporâneas Aplicadas, ISSN 2237-9991, FACAPE, Petrolina, v. 10, n. 3, p. 64-82, set./dez., 2020

desigualdade econômica e a desqualificação social advindas da situação de pobreza, como variáveis mais comumente observadas para avaliações de concentração e desconcentração urbana, no entanto, é importante observar a situação de dependência na qual estão inseridos os grupos de baixa renda, sendo submetidos quebra dos vínculos sociais e rompimento com instituições básicas de socialização, como a família e a igreja Espinheira & Soares (2016).

De acordo com Sawaia (2016), o tema da exclusão social está presente no cotidiano das mais variadas sociedades, e tem como fatores determinantes a influência da mídia, discursos políticos e estruturas de projetos sociais. Fenômeno este que atinge não só os países mais pobres, visto que mudanças e desdobramentos do mundo do trabalho e suas restrições assim como conjunturas econômicas, ampliam as situações de desigualdades e afetam a qualidade de vida. Ressalta ainda que historicamente os espaços sociais foram preenchidos por grupos marginais, formando universos expostos à estigma social, sendo por volta da década de 90 que a ideia de exclusão social para de fato a se empregar com mais protagonismo no debate político e intelectual.

O problema de acesso segmentado a serviços sociais oferecidos e prestados pelo Estado é explicado por (Cohen & Franco, 2016) pelo fato de vários grupos corporativos obterem direito de atendimento particular, fato que tornou-se mais evidente na previdência social, recebendo benefícios diferentes, variando na proporção em que sem têm maior influência com o Estado. Outro fator preponderante, e que pode contribuir para a exclusão social é a ideia de universalismo aparente no qual torna-se comum a não observação de princípios basilares que definem o perfil dos assistidos pela política social, abrindo o leque de prestação de serviços sem preocupar-se com o fundamento da assistência social.

Machado, (2012), reitera que os trabalhos reflexivos em volta das concepções a respeito da assistência social, nos leva, inicialmente, à clareza de ideias a respeito da forma de constituição social, econômica, política e cultural do Brasil. Torna-se de suma importância notar que os excluídos sempre fizeram parte do desafio em um modelo no qual a sociedade busca harmonicamente o bem-estar sem o conflito de classe. O crescimento pujante das cidades pelo desenvolvimento comercial e

Revista Opara – Ciências Contemporâneas Aplicadas, ISSN 2237-9991, FACAPE, Petrolina, v. 10, n. 3, p. 64-82, set./dez., 2020

posterior processo de industrialização, contribuiu significativamente para se aumentar o contingente de indivíduos pobres necessitados de atendimento, visto que aqueles que não estavam integrados ao mundo do trabalho tornavam-se cada vez mais vulneráveis.

O primeiro processo de reforma visando uma maneira de descentralização das políticas sociais, teve início com a redemocratização. O principal elemento de discussão era a crítica às formas de proteção social implantada pelos governos autoritários. Este tipo de proteção tinha suas características embasadas na centralização no governo federal, sendo o fator de maior agravante a falta de critérios que fossem baseados na equidade para a distribuição dos serviços e benefícios assistenciais, além dos processos de decisão fechados, fragmentação das instituições e gestão altamente burocrática. As mudanças implantadas através de reformas pós constituição de 1988, trazem na bagagem como objetivos centrais, corrigir as disparidades deste sistema com a intenção direcionar as políticas sociais como ferramentas de combate às desigualdades sociais, sendo, a descentralização, para este ambiente, o caminho para a universalização do acesso, contribuindo diretamente para que os beneficiários exerçam maior controle sobre os serviços e benefícios. (Bichir, 2010).

2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS REPERCUSSÕES

Em outubro de 2003 nascia como ferramenta de política pública nacional de combate à pobreza, abrindo o leque de oportunidades para famílias pobres a uma renda complementar e a seus direitos sociais, o programa Bolsa Família; que já nascia com a forte pretensão de incluir projetos e serviços socioassistenciais que outrora não apresentavam contribuições efetivas para o trabalho de inclusão social. O decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004 que passa a reger o PBF criado pela lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, traz em seu artigo 3, parágrafo 1 os programas que foram unificados à estrutura do Bolsa Família sendo eles: O Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – Bolsa Escola; Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA – Cartão Alimentação; Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde – Bolsa Alimentação; Programa Auxílio Gás.

Segundo Silva (2018) a coexistência destes quatro programas acabou por criar uma complexidade nas formas de gestão, além de tornar seus efeitos ineficazes, principalmente pelo de fato de se ter uma série de registros administrativos e diversas regras para se eleger o público prioritário, prejudicando o processo de focalização dos programas e seus benefícios. O PBF nasceu com a premissa de unir estes registros consolidando o Cadastro Único, através do qual se poderia ter o controle dos dados e aumentar o foco dos serviços.

A partir deste ponto nasce a elegibilidade do Programa Bolsa Família com duas vertentes: público pobre e extremamente pobre, com benefícios de valores diferentes. Famílias em situação de pobreza com direito ao benefício básico, de valor único e famílias consideradas extremamente pobres com direito a além do benefício básico, benefícios variáveis para crianças até 15 anos de idade, jovens entre 16 e 17 anos de idade - regra que surgiu a partir do ano de 2007 - além dos benefícios variáveis para gestantes ou nutrizes. O benefício de superação da pobreza também enquadra a lista de benefícios do PBF, sendo este um acréscimo de valor para que as famílias tenham uma renda per capita mínima na linha da extrema pobreza.

Os idealizadores do programa uniram de forma estratégia as políticas de saúde e educação formando uma rede inter setorial que garantiria o acesso das famílias pobres aos direitos sociais além de consequentemente, contribuir para o desenvolvimento social do país. Foram implementadas condições para se participar e permanecer no PBF. Frequência escolar mínima para crianças e adolescentes que fazem parte da composição familiar, assim como acompanhamento alimentar/nutricional e vacinação. O descumprimento de condicionalidades é agravante para bloqueio, suspensão ou até cancelamento dos benefícios do programa.

O Bolsa Família e todo o esforço de mobilização, articulação e aprimoramento das políticas que a ele se seguiu vêm permitindo que as camadas mais pobres da sociedade brasileira tenham melhoras expressivas em suas condições de vida e em suas perspectivas de futuro. (Campello,2013,p.16)

Esta integração das políticas não foi elaborada com caráter punitivo, mas com a intensão garantir a oferta dos serviços básicos à população mais vulnerável.

Campello (2013) afirma ainda que o objetivo central do programa logo em sua concepção, era o de garantir alívio imediato à situação das famílias mais pobres e que viriam a ser beneficiárias do Bolsa Família, além de buscar induzir estes indivíduos a acessarem as redes públicas de saúde e educação.

O Cadastro Único para programas sociais do governo federal regulamentado pelo decreto nº 6.135, de junho de 2007, foi desenhado para se obter unicidade das informações cadastrais das famílias, integrar programas sociais, além da racionalização dos processos de cadastramento. Este banco de dados viria a ser a porta de entrada não só para o PBF mas também, para todos os programas sociais e a diversas políticas públicas do governo federal, contendo informações desde documentação de todos os membros de cada família, características do domicílio, escolaridade, situação de trabalho e renda, dentre outras.

O argumento de Campello (2013), é que a concepção de um programa nacional de transferência direta de renda suscitou muitos questionamentos e até polêmicas a respeito da destinação dos recursos por meio das famílias beneficiadas, e que, no entanto, a experiência provou que além do poder de compra, estes indivíduos são capazes de administrar minimamente os valores dos benefícios e realizar um planejamento financeiro capaz de expandir seu leque de perspectivas e oportunidades. Além disso, difundiu-se a ideia de que os benefícios do programa incentivariam as famílias a terem mais filhos, com uma postura oportunista para ter acesso a mais benefícios e maior volume de recursos, o que de maneira empírica ficou comprovado o contrário.

Para Lavergne (2012) o Bolsa Família tornou-se um exemplo emblemático no quesito focalização do seu público-alvo, embasado no princípio da equidade e contribuindo para a universalidade das políticas públicas na intenção de se alcançar resultados significativos numa gestão social comprometida com o público vulnerável. Afirma que seria leviano desacreditar que o programa garante a sobrevivência dos seus beneficiários, no entanto é a partir deste fator que nasce uma inquietação a respeito da sustentabilidade do PBF no que diz respeito à sua eficácia para o

Revista Opara – Ciências Contemporâneas Aplicadas, ISSN 2237-9991, FACAPE, Petrolina, v. 10, n. 3, p. 64-82, set./dez., 2020

desenvolvimento social dos indivíduos dependentes de seus benefícios. Define tais benefícios como uma espécie de esmola destinadas mensalmente às famílias indigentes. Fomenta sua crítica fortalecendo a ideia de que se por um lado a sociedade brasileira é estimulada pela economia globalizada, desenvolvendo mecanismos que fizeram com que a pirâmide demográfica fosse modificada com o crescimento da classe-média baixa, por outro lado torna-se cada vez mais evidente que a persistência da extrema pobreza marca o país negativamente.

Um fator preponderante na questão da gestão dos recursos advindos do Bolsa Família é o empoderamento feminino, visto que o programa elege, preferencialmente a mulher como responsável familiar, a qual recebe o cartão magnético com seu nome e número de identificação social (NIS), passando a ter a responsabilidade de responder pelo cadastro e prestar todas as informações referentes à composição familiar a qual está inserida. A este respeito (SCHAEFER, 2016) confirma que os programas sociais de transferência de renda a famílias vulneráveis, contribuem para este empoderamento familiar e que é neste ambiente de conquista de direitos que o PBF oportuniza a possibilidade de as mulheres passarem a assumir responsabilidades e construir sua autonomia financeira e pessoal. Comenta ainda que a equidade de gênero pode ser analisada a partir do espaço temporal - hoje mulheres têm assumido posições e espaços que outrora apenas homens acessavam. Os fatores tempo, cultura e espaço são decisivos no processo de divisão do trabalho por sexo.

O pagamento do benefício por meio de cartão magnético pessoal e a priorização dada à mulher como titular deste cartão – hoje, 93% dos titulares são mulheres – proporcionaram o empoderamento feminino em espaços públicos e privados. O ganho de autonomia das mulheres e de ampliação da cidadania, enfatizado no trabalho de Leão e Pinzani, é um dos principais indicadores do potencial intrínseco de mudança na sociedade, dependente apenas do impulso proporcionado por políticas adequadas. (Campello, 2013)

O argumento é aqui reforçado de forma a jogar luz em um fator de importante relevância para a construção e gestão de políticas públicas formatadas para atender efetivamente a sociedade através de seus potenciais.

2.3 IMPACTOS E RESULTADOS DO BOLSA FAMÍLIA

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS:
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JAGUARARI-BA

O programa superou as expectativas no que se refere a autonomia das famílias através da transferência de renda. De acordo com Campello (2013) ainda que houvesse uma perspectiva positiva no que se refere a autonomia dos indivíduos, não se prospectava qual seria a magnitude do impacto do acesso das famílias inseridas no programa às instituições bancárias, à disponibilidade de crédito e ao poder de compra, visto que estas famílias estavam afastadas ou excluídas do círculo econômico passando a integrá-lo e contribuindo para o fomento da economia regional, dada a liberdade na destinação dos recursos transferidos. Não se poderia prever quanto que a estabilidade gerada pelo recebimento dos benefícios contribuiria de fato para a qualidade de vida das famílias beneficiárias. Vê-se resultados relevantes também na redução dos índices de desnutrição e insegurança alimentar, evidenciando que os grupos mais vulneráveis passaram a ter mais acesso à alimentação através dos recursos recebidos pelo programa, o que contribui diretamente em menor necessidade de distribuição dos chamados benefícios eventuais como por exemplo, cestas básicas, considerados como ações descontinuadas.

No ano de 2004, existiam no Brasil, 51 milhões e 800 mil domicílios particulares, sendo cerca de 8,69 milhões classificados na condição de extrema pobreza, com renda per capita inferior a R\$100,00. Subtraindo os rendimentos oriundos de programas de transferência direta de renda, o número de famílias pobres chega a 9 milhões e 445 mil domicílios, passando pouco mais de 752 mil domicílios a se enquadrar em uma posição acima da linha de pobreza somando os valores recebidos pelos programas. Significa dizer que estes programas reduziram o percentual em aproximadamente 8% o número de domicílios considerados pobres (Cacciamali, 2010).

O Bolsa Família cresceu rapidamente em seus primeiros anos e o número de famílias contempladas com o programa saltou de aproximadamente 6 milhões em 2004 para cerca de 11 milhões em 2006, crescendo de forma mais gradual nos anos que se seguiram atingindo em 2014 a marca de 14 milhões de famílias, índice no qual se mantêm com pequenas oscilações. Esta marca atual representa mais de um quinto da população brasileira. O programa consegue cobrir grande parte da população

vulnerável, sendo este um dos principais fatores do seu sucesso como ferramenta de política pública social (Silva, 2018).

No mês outubro de 2019 o Programa Bolsa Família complementou a renda de mais de 13,5 milhões de famílias, somando um montante de R\$2,5 bilhões destinados às famílias aptas no programa, sendo um valor médio de R\$189,86. Outro avanço considerável do programa está na Medida Provisória assinada em 15 de outubro que garante 13^a parcela dos benefícios do Bolsa família, um pagamento extra no mês de dezembro a (Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, 2019).

3 METODOLOGIA

O estudo em foco consiste em pesquisa aplicada, com caráter exploratório e descritivo, e objetiva levantar e comparar dados que serão a base das discussões propostas neste trabalho.

Desta forma os resultados serão apresentados de forma quantitativa e qualitativa a partir das informações oriundas de fontes secundárias, incluindo revisão bibliográfica de livros, artigos e relatórios oficiais.

A organização da pesquisa orienta-se, primeiramente, pela revisão bibliográfica e dados secundários, e posteriormente discussão e levantamento dos resultados. A apresentação destes resultados quantitativos e qualitativos será direcionada à análise dos dados com a intenção de fortalecer os objetivos do estudo para se fazer cumprir os objetivos propostos.

3.1 Lócus da pesquisa

A cidade de Jaguarari é um município do interior do estado da Bahia, situado a aproximadamente 408 quilômetros da capital Salvador. Sua população de acordo com o último censo era de 30.343 pessoas com população estimada para o ano de 2019 de 33.570 pessoas e com uma densidade demográfica de 12,35 habitantes por metro quadrado. O salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2017 era de 3,1 salários mínimos, sendo o número de pessoal ocupado de 3.650 pessoas o que

corresponde a apenas 10,6% da população e de 50,8% o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo (IBGE, 2010).

Na esfera da educação a taxa de escolarização no município de 6 a 14 anos de idade é de 98,3%, se comparado a outros municípios, Jaguarari está na 1603ª posição em relação aos 5570 municípios do país, 79ª posição em relação aos 417 municípios do estado da Bahia e na 4ª posição entre os 9 municípios da microrregião. O IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica) é de 4,5 refere aos primeiros anos do ensino fundamental na rede pública e de 3,7 nos anos finais do ensino fundamental. Foram registradas 4.601 matrículas no ensino fundamental e 1.373 no ensino médio em 2018 (IBGE, 2010).

O município tem um PIB per capita de apenas R\$8.444,36, o percentual de receitas oriundas de fontes externas é de 88,1% e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,659. Se comparado a outros municípios ocupa a posição 4391ª em relação aos 5570 municípios do país, 201ª dos 417 municípios da Bahia e 4ª posição em relação aos 9 municípios da microrregião (IBGE, 2010).

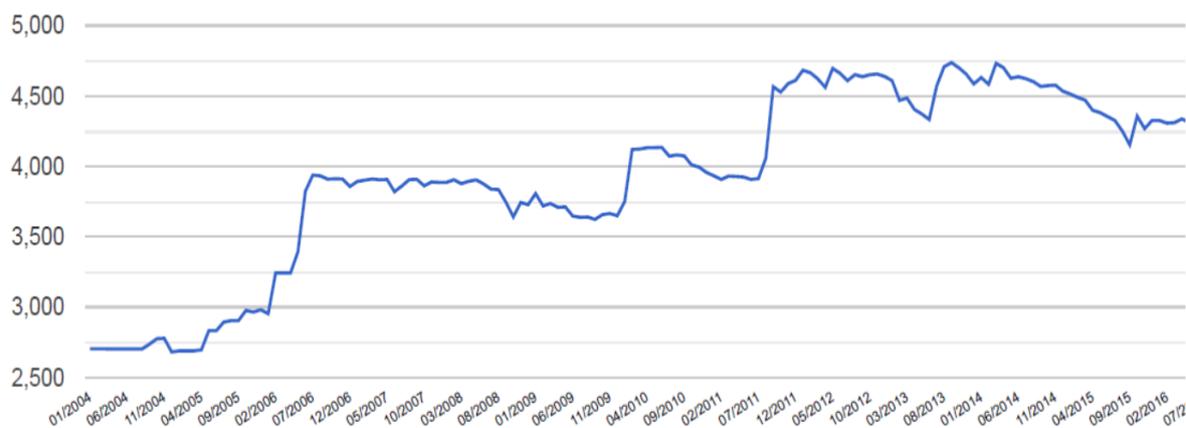
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A gestão descentralizada do Programa Bolsa Família no município de Jaguarari registrou em outubro de 2019, 4.185 famílias beneficiárias do programa com um valor total repassado no mês de R\$724.974,00 e o valor de benefício médio de R\$173,23 segundo relatórios oficiais do Ministério da Cidadania.

A tabela 01 traz a evolução ao longo dos anos da quantidade de famílias beneficiárias do programa a partir de janeiro de 2004 a julho de 2017 em Jaguarari.

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS:
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JAGUARARI-BA

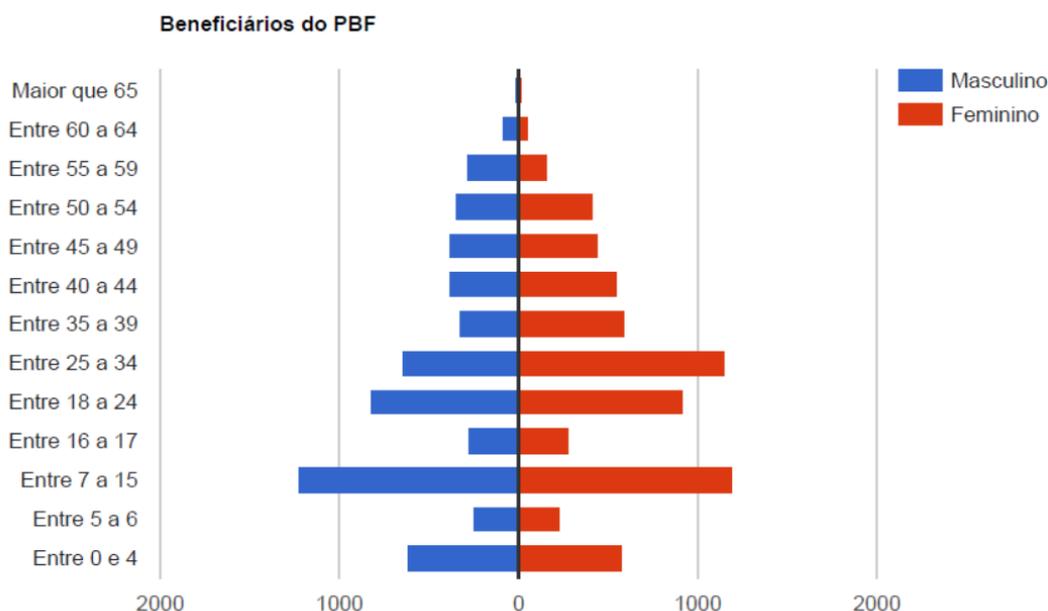
Gráfico 01 – Famílias beneficiárias do Bolsa Família



Fonte: SENARC

É possível identificar no gráfico 01 que os menores índices de famílias beneficiárias estão no ano de 2004 e que entre meses de 2013 e meses de 2014 houveram os maiores picos na quantidade de famílias beneficiárias sendo estes números acima de 4.500 famílias.

Gráfico 02 – Pessoas em famílias beneficiárias do Bolsa Família – Pirâmide Etária (Setembro 2019)



Fonte: SENARC

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS:
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JAGUARARI-BA

Tabela 01 – Evolução dos beneficiários

	Masculino	% Masculino	Feminino	% Feminino	Total	% Etária Total
Entre 0 e 4	616	51,94%	570	48,06%	1.186	9,66%
Entre 5 a 6	249	51,55%	234	48,45%	483	3,93%
Entre 7 a 15	1.227	50,74%	1.191	49,26%	2.418	19,69%
Entre 16 a 17	281	50,36%	277	49,64%	558	4,54%
Entre 18 a 24	827	47,31%	921	52,69%	1.748	14,23%
Entre 25 a 34	651	36,27%	1.144	63,73%	1.795	14,62%
Entre 35 a 39	332	35,97%	591	64,03%	923	7,52%
Entre 40 a 44	385	41,22%	549	58,78%	934	7,61%
Entre 45 a 49	390	46,88%	442	53,13%	832	6,78%
Entre 50 a 54	349	45,74%	414	54,26%	763	6,21%
Entre 55 a 59	290	64,16%	162	35,84%	452	3,68%
Entre 60 a 64	95	62,09%	58	37,91%	153	1,25%
Maior que 65	21	60,00%	14	40,00%	35	0,29%
Total	5.713	46,52%	6.567	53,48%	12.280	100,00%

Fonte: SENARC

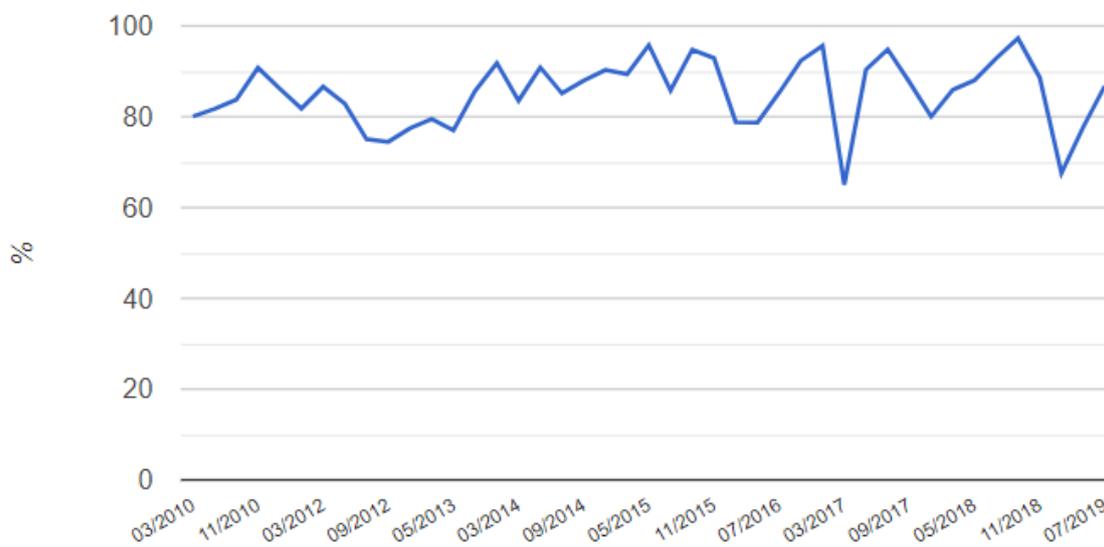
O gráfico 02 e a tabela 01, trazem a pirâmide etária e por sexo das pessoas em famílias beneficiárias do Bolsa Família. Percebe-se que os indivíduos entre 7 a 15 anos do sexo masculino são maioria com um total de 1.227 seguido das pessoas com mesma faixa etária do sexo feminino com um total de 1.191 indivíduos. Das 35 pessoas com idade superior a 65 anos, 60% são homens e 40% mulheres, sendo que os indivíduos desta faixa etária são minoria entre os beneficiários do PBF.

O gráfico 03 traz a evolução do acompanhamento das condicionalidades de educação, sendo o público alvo os indivíduos de 6 a 17 anos. Percebe-se que o ano de 2018 tem o maior índice com algo perto de 100% do acompanhamento ao público alvo, porém há uma queda nos meses finais de 2018 voltando a subir no segundo semestre de 2019. Vale ressaltar também que as oscilações nas porcentagens de acompanhamento de frequência escolar, decorre também do grande número de

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS:
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JAGUARARI-BA

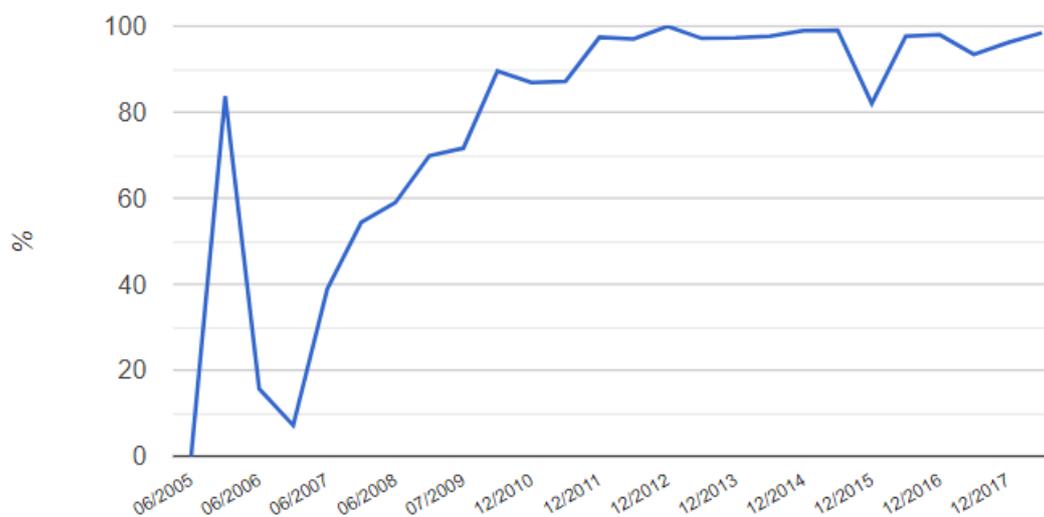
crianças e jovens não localizados nos sistemas da educação por falta de atualização cadastral e informação de mudança de escola, o que afeta diretamente nos resultados de acompanhamento das condicionalidades.

Gráfico 03 - Acompanhamento das condicionalidades de educação - público de 6 a 17 anos (%)



Fonte: SENARC

Gráfico 04 – Acompanhamento das condicionalidades de saúde – gestantes e crianças de 0 a 7 anos (%)



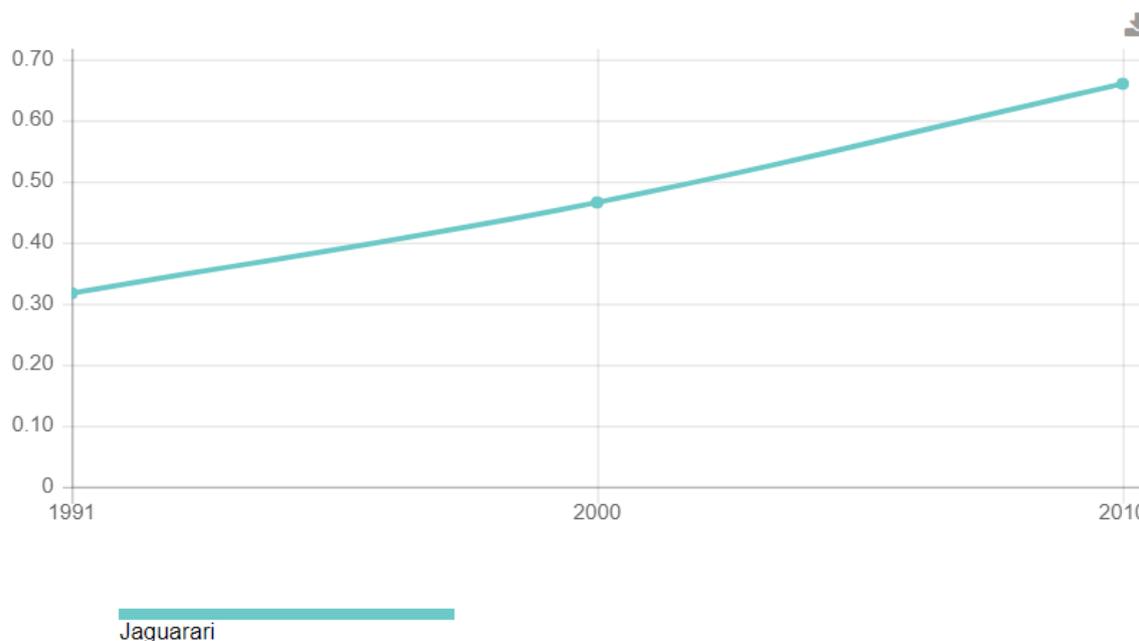
Fonte: SENARC

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS:
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JAGUARARI-BA

Analisa-se no gráfico 04 certa linearidade no acompanhamento de gestantes e crianças de 0 a 7 anos pela saúde entre os anos 2012 a 2015, tendo uma quebra brusca no final de 2015 ao final de 2016, retomando melhor posição em 2017.

Gráfico 05 – Série histórica IDH

IDH



Fonte: IBGE

O gráfico 05 traz a série histórica do índice de desenvolvimento humano de Jaguarari, que é medido de 0 a 1. Percebe-se um crescimento constante ultrapassando 0,50 após o ano 2000. Podemos considerar que o programa Bolsa Família contribuiu significativamente para este crescimento a partir de 2003 ou 2004, não sendo este o único fator de crescimento do índice, mas se considerarmos o número de pessoal ocupado de 3.650 pessoas o que corresponde a apenas 10,6% da população, dados de 2010, concluímos que o programa contribui de maneira efetiva para o IDH do município.

Em 1991 o município ocupava a posição 125º em relação aos 417 municípios da Bahia com um IDHM de 0,318. Em 2000 ocupava a posição 96º com um índice de 0,465 e passou para a posição 37º em 2010 com um índice de 0,659 (IBGE, 2010).

Tais dados não podem ser analisados de forma isolada, visto que existem no município fatores peculiares que movimentam a economia local como é o caso da Mineração Caraíba, mineradora situada no distrito de Pilar, que tem mais de 1600 colaboradores diretos e mais de 2400 no total.

Faz-se necessário observar todos estes dados de maneira que se possa estabelecer certa relação entre o desenvolvimento social do município e como o Programa Bolsa Família impacta neste resultado. Levando em consideração o quantitativo de 4.185 famílias beneficiárias do PBF o que equivale a 37,15% da população do município e um valor anual de R\$8.090.601,00 em 2018 e R\$ 7.121.721,00 acumulado até outubro de 2019, valores estes repassados às famílias beneficiárias no município.

O Bolsa Família em Jaguarari contribui diretamente para o aquecimento do comércio local através do poder de compra garantido aos seus participantes e pode ser influenciador para o Índice de Desenvolvimento Humano do município, visto que o IDHM é medido por fatores como longevidade - sendo que um dos fatores condicionantes para a manutenção do benefício é o acompanhamento alimentar nutricional das crianças em famílias beneficiadas, educação - o programa pode contribuir com condições melhores de acesso à educação exigindo frequência escolar das crianças e adolescente, e o fator renda – sendo a transferência direta de renda a ferramenta principal do programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há muito o que se fazer para que a população vulnerável tenha acesso a políticas que não garantam apenas a transferência direta de renda como também, que tragam oportunidades através de programas de geração de emprego e renda. Acomodar-se com a situação de vulnerabilidade prejudica o projeto de desenvolvimento do município e perpetua a situação de pobreza de maneira intergeracional.

Conclui-se que o Programa Bolsa Família vem contribuindo diretamente para a mudança na realidade das famílias beneficiadas no município de Jaguarari em vários aspectos: acesso às ferramentas de políticas públicas, proporciona vida digna, Revista Opara – Ciências Contemporâneas Aplicadas, ISSN 2237-9991, FACAPE, Petrolina, v. 10, n. 3, p. 64-82, set./dez., 2020

condições de acesso à informação, contribui no combate à evasão escolar, incentiva a prevenção de doenças através do acompanhamento alimentar nutricional, fomenta o comércio local fazendo a economia girar, fortalece os vínculos familiares através dos benefícios variáveis em condições especiais, outorga responsabilidade através das condicionalidades do programa e do fator das informações prestadas serem auto-declaratórias.

Em última análise, faz-se necessário que se estabeleçam compromissos para além da garantia da gestão local do PBF, que se utilize dos mecanismos intersetoriais da gestão pública para criar estratégias de aproximação e acesso, das classes marginalizadas aos meios de informação.

Estes fatores podem contribuir com o desenvolvimento pessoal e alcançar objetivos mais amplos dentro do processo de assistência às famílias mais pobres do município, como também, suscitar debates posteriores em níveis mais aprofundados de pesquisa que tenham a pretensão de estudar outras nuances destas relações entre programas sociais e seus impactos diretos na realidade de seu público alvo.

Pesquisas futuras podem ser necessárias em outras cidades, a fim de observar tendências ou se existe algum viés específico na cidade relacionado ao tema.

REFERÊNCIAS

Bichir, R. M. (Julho de 2010). **O Bolsa Família na Berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda**. Scielo, pp. 115-129.

Cacciamali, M. C., Tatei, F., & Batista, N. F. (maio/agosto de 2010). **Impactos do Programa Bolsa Família Federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar**. Scielo, pp. 269-301.

Campello, T., & Neri, M. C. (2013). **Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea.

Cidadania, M. d. (18 de novembro de 2019). **Painéis de monitoramento**. Fonte: aplicações mds: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>

Revista Opara – Ciências Contemporâneas Aplicadas, ISSN 2237-9991, FACAPE, Petrolina, v. 10, n. 3, p. 64-82, set./dez., 2020

Cohen, E., & Franco, R. (2016). **Avaliação de Projetos Sociais** - 11ª edição.

Petrópolis : Vozes.

Espinheira, G., & Soares, A. M. (2016). **Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil.

Faleiros, V. d. (2009). **A política social do Estado Capitalista** - 12ª edição. São Paulo: Cortez.

IBGE. (2010). **Panorama do município de Jaguarari**. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jaguarari/panorama>

Lavergne, R. F. (Junho de 2012). **Programa Bolsa Família: uma nova modalidade de biopolítica**. Scielo, pp. 323-344.

Machado, L. M. (2012). **Controle Social da Política de Assistência Social: Caminhos e Descaminhos**. Porto Alegre: ediPUCRS.

Queiroz, R. B. (2011). **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Ibpex.

Sawaia, B. (2016). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social (Psicologia social)** - 14ª edição. Petrópolis: Vozes.

SCHAEFER, A. P. (2016). **Os impactos da transferência de renda do Programa Bolsa Família na vida das mulheres rurais do assentamento Joana D'arc III**.

Repositório Institucional.

Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. (18 de Outubro de 2019). Fonte: Ministério da Cidadania: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/outubro/bolsa-familia-complementa-a-renda-de-mais-de-13-5-milhoes-de-familias-em-outubro>

Silva, T. F. (2018). **Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)**. Brasília: Enap.